




Visões da cidade: o vandalismo, a violência e o grotesco no telejornalismo

Views of the city: vandalism, violence and urban transportation in newscasting

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer - Universidade Federal de Goiás / Goiania / Goiás / Brasil / anacarolina.temer@gmail.com  000-0002-2142-5855

Simone Antoniaci Tuzzo - Universidade Federal de Goiás / Goiania / Goiás / Brasil / simonetuzzo@hotmail.com  0000-0001-9401-6510

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisas continuadas desenvolvidas no Laboratório de Leitura Crítica da Mídia do PPGCOM - UFG. A partir dos conceitos de grotesco, modernidade; e questões sobre a cidade e a mobilidade urbana, apresenta uma análise sobre a cobertura midiática dos episódios de violência direcionada ao transporte, em especial aos incêndios intencionais de ônibus urbanos. A análise inclui um debate sobre as estratégias do telejornalismo na cobertura destas ações, os gêneros e formatos adotados e como eles refletem esta estratégia, mas também aspectos sobre o enquadramento (ou frames) e o uso de uma estética do grotesco para consolidar a cobertura da violência urbana. Observou-se que as abordagens pontuais do espaço urbano a partir da violência conduzem a um questionamento sobre o Estado, a Cidadania e a Democracia e, de forma indireta, induz a noção da impossibilidade da convivência entre classes e grupos sociais nos espaços urbanos contemporâneos.

Palavras-chave: Telejornalismo. Violência. Mobilidade Urbana.

Abstract: This article is the result of continued research developed at the Critical Media Reading Laboratory of PPGCOM - UFG. From the concepts of grotesque, modernity, and questions about the city and urban mobility, presents an analysis on the media coverage of episodes of violence directed at transportation, especially intentional bus fires. The analysis includes a debate about the strategies of telejournalism in covering these actions, the genres and formats adopted and how they reflect this strategy, but also aspects about the framing (or frames) and the use of a grotesque aesthetic to consolidate the coverage of the urban violence. It was observed that the punctual approaches of the urban space from the violence lead to a questioning about the State, Citizenship and Democracy and, indirectly, it leads to the idea of an impossibility of coexistence between classes and social groups in contemporary urban spaces.

Keywords: Teleplay. Violence. Urban Mobility.



<http://doi.org/10.22484/2318-5694.2019v7n14p145-162>

Enviado em novembro 2018 – Aprovado em fevereiro 2019



1 Introdução

Esse artigo discute a cobertura do telejornalismo sobre a questão do transporte urbano, e mais especialmente, dos incêndios intencionais dos ônibus urbanos, suas consequências e interconexões com outros aspectos da violência. A proposta é uma análise sobre a cobertura de ações de violência planejadas com o objetivo de "ocupar espaço na televisão" (BOURDIEU, 1997, p. 30) pela Rede Globo de Televisão; e mais especificamente as matérias efetivamente veiculadas contendo incêndios provocados nos ônibus urbanos.

Esta análise tem como ponto central a percepção de que a cidade/espço urbano é o fazer contemporâneo, uma vez que o marco da sociedade moderna está no crescimento das cidades em sua dimensão social e política. Conseqüentemente a cidade deve ser entendida como espaço que abarca várias formas de associações humanas, onde vários grupos, diferentes etnias, costumes, tradições e eventualmente até idiomas convivem e se inter-relacionam (WIRTH, 1956)¹. A cidade também é o espaço da comunicação, das interações e intervenções artísticas, onde se concentram necessidades e demandas. Nesse sentido, refletir sobre a cidade e suas dinâmicas internas é também uma forma de reflexão sobre a comunicação e a sociedade, vislumbrando suas carências e possibilidades.

No espaço complexo das grandes cidades brasileiras, o telejornal torna-se um elemento comum de referência para se buscar informações. Diferentemente de outros países, que privilegiam os meios impressos, no Brasil o telejornal é um gênero consolidado, e mesmo enfrentando as novas mídias e quedas de audiência, ainda se mantém como principal fonte de informação para grande parte dos brasileiros, além de uma significativa capacidade de agendamento de outros meios de comunicação. Neste sentido, a discussão aqui proposta tem como base a noção de que o

¹ Textualmente, conforme publicado originalmente em 1938: "O crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos".



telejornalismo está preso a pautas/coberturas factuais de grande impacto, mas questiona se, em função de seus vínculos e interesses imediatos, atua no sentido de obliterar problemas de maior complexidade, o que, no caso específico das grandes cidades brasileiras, inclui aspectos ligados a um sistema de mobilidade urbana caro, defasado, ineficiente e efetivamente prejudicial para as camadas de baixa renda.

Destaca-se também que o telejornal é detentor de uma linguagem audiovisual característica, que valoriza o conflito e as cenas de grande impacto visual, o que na prática resulta em um espaço televisual no qual são veiculadas manifestações de violência que envolvem os incêndios intencionais dos ônibus urbanos e outras questões sobre as dificuldades da mobilidade urbana.

Como parte do processo de análise, alguns aspectos devem ser considerados. Embora o transporte público no Brasil seja reconhecidamente de baixa qualidade e incapaz de atender com conformo e rapidez a demanda, o assunto historicamente teve pouco destaque no telejornalismo. Essa cobertura tem se ampliado neste século, principalmente em função das mudanças no perfil da audiência, com a migração das camadas médias dos receptores para outros veículos (TV segmentada e internet) e a incorporação das camadas com menor poder aquisitivo.

A partir destes conteúdos, o trabalho busca uma reflexão sobre o próprio jornalismo/telejornalismo, entendendo que essa atividade está passando por um período de mudanças e questionamentos que, entre outros aspectos, afeta os enquadramentos do veículo sobre diferentes aspectos da vida social na contemporaneidade.

Para esse objetivo, a análise focou a concepção da cidade desenvolvida a partir dos estudos da chamada Escola de Chicago que, tendo sua origem na sociologia, hoje se vincula às Teorias da Comunicação. A análise desenvolve uma Leitura Crítica da Mídia, destacando os enquadramentos adotados nestas coberturas e as contradições de um



modelo de jornalismo que enfrenta e afeta a complexidade das relações sociais contemporâneas e o próprio sentido de pertencimento e cidadania, e que na busca de denunciar e divulgar, não enfrenta as verdadeiras questões de interesse público.

A amostragem inclui oito episódios de incêndio intencional de ônibus urbanos que foram divulgados entre janeiro e outubro de 2018, veiculados nacionalmente nos telejornais da Rede Globo de Televisão (Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo). A amostragem foi intencionalmente escolhida em função da importância histórica da emissora, mas também porque ainda conserva grande influência na formação das pautas de outros veículos jornalísticos e é referência comparativa para os informativos de outras emissoras. Destaca-se no entanto que o tema tem uma representação mais significativa nos diferentes telejornais locais, conhecidos internamente na Rede como telejornais das “praças”. e no site de notícia da emissora, o G1(<https://g1.globo.com/>). Neste sentido a seleção do material veiculado nacionalmente considera que estes conteúdos foram selecionados internamente pela Rede e portanto passaram por um duplo critério de seleção, verificação e análise dos valores notícia. Desta forma, a presença relativamente pequena do tema nos telejornais nacionais aponta uma estratégia da Rede Globo de Televisão, uma vez que os casos continuaram acontecendo (em grande número e em gravidade similar).

A análise considerou os enquadramentos adotados pela emissora, os gêneros e formatos do material veiculado; o status dos falantes (quem fala e como falam sobre o tema), como as matérias relacionam o tema com a questão da mobilidade urbana, e de que forma foram veiculadas as respostas do Estado e da Sociedade a estas ações.



2 A televisão, o Estado e a sociedade no Brasil

O Brasil que conhecemos, com seus recortes de desigualdades sociais e regionais, foi forjado a partir de um ideal de modernidade e repaginado a partir de 1969, em um dos momentos mais duros do Governo Militar, com uma proposta de moldar o país para a vida urbana, para o consumo e para o ideal de progresso e desenvolvimento tecnológico. A visualização desta proposta tomou forma com o *Jornal Nacional*, representante estético e ideológico de um modelo que deixava para trás um passado colonial, um percurso de dependência econômica e capitalismo periférico, para ingressar no *slogan* do momento, que afirmava que o Brasil era *opaís do futuro*. O novo Brasil que surgia se auto afirmava no crescimento urbano acelerado, mas o cenário moderno obliterava as dificuldades deste crescimento, particularmente os aspectos que incluíam o endividamento do país e a ausência de uma infraestrutura urbana que atendesse às novas demandas.

O termo obliterar, conforme utilizado por Temer (2014) nos estudos sobre comunicação e jornalismo, envolve a percepção de “esconder mostrando”. No telejornalismo brasileiro essa relação se insere em uma proposta de trabalhar os temas ou assuntos a partir de uma cobertura pontual ou parcial, que ao mesmo tempo em que expõe os fatos/acontecimentos, os *destaca* da sua condição conjuntural, fomentando a percepção de que se trata de uma excepcionalidade, algo inédito ou raro, resultado de um descaso ou uma ineficiência pontual, e não uma consequência da conjuntura histórica.

A partir da revisão dos trabalhos de Borelli e Priolli (2000), Bucci (2000), Brittos e Bolaño (2005) e Mattos (2002; 2005), é possível afirmar as emissoras privadas de televisão brasileiras, e em particular da Rede Globo de Televisão, funcionam a partir de três objetivos específicos: a) enriquecer seus controladores, conquistando índices altos de audiência e, conseqüentemente, patrocinadores; b) civilizar os seus receptores para o



consumo de bens e produtos, reforçando os conteúdos dos intervalos comerciais e garantindo a fidelidade dos anunciantes; c) reforçar permanentemente um modelo desenvolvimentista, apontando culpados para seus problemas pontuais, em um reforço simbólico ao seu status de consciência social.

Evidentemente, estas propostas esbarram em tensões e contradições, que incluem os interesses do Estado e de instituições diversas, mas também nas dinâmicas e percepções do grande público, que em muitos momentos se revelaram difíceis de controlar². No caso particular da Rede Globo de Televisão, a concorrência de outras Redes e o sucesso de um modelo sensacionalista de telejornalismo que valoriza mais o sensacional, conduziu os telejornais da emissora a dar maior destaque às questões que envolvem os conflitos urbanos e seus aspectos de maior violência. No enfrentamento deste panorama, e muitas vezes na tentativa de copiar/adaptar modelos de outras emissoras e/ou veículos, é comum o telejornalismo da Rede Globo de Televisão se aproximar ou usar como estratégia de sedução do seu público o grotesco.

A análise do grotesco como estratégia de comunicação se desenvolve a partir da conceituação de Sodré (1973) e Bakhtin (1993), para os quais o grotesco é o medieval, a negação da modernidade; é o feio ou deformado que não se encaixa na tecnologia da sociedade democrática que caminha para o futuro melhor. Na sociedade industrial moderna o grotesco diz respeito ao grosseiro, à obscenidade, ao cinismo, ao insulto e, principalmente, à deformidade física ou social.

No telejornalismo o grotesco se expressa ao se dar visibilidade a tudo que não se encaixa no moderno, no novo, no que aponta para um futuro melhor (mais civilizado e mais tecnológico); grotesco é a escola que não

² Um exemplo foi a cobertura das eleições em 1980, cujo resultado no Estado do Rio de Janeiro foi a eleição de Leonel Brizola, fator que criou vários tipos de constrangimentos para a Rede Globo de Televisão, incluindo a impossibilidade de transmissão dos desfiles das Escolas de Samba cariocas.



ensina, o hospital que mata/maltrata os pacientes, é o policial que corrompe e mata. A partir de apropriações generalizadas, a mídia transforma também em grotesco as periferias, as favelas e os grupos marginais – comandos e facções –, principalmente quando eles não permanecem no ostracismo de suas origens (periferias e favelas), e buscam a violência como forma de pressão/intimidação sobre o Estado para reafirmar sua dominância em um determinado espaço, em um questionamento indireto à estrutura política que sustenta o próprio país.

A violência se entrelaça com a questão da mobilidade urbana quando os grupos organizados ou marginais interferem no transporte público – interrompendo vias expressas, queimando ônibus etc., como formas de obter visibilidade, em explosões destrutivas cujas relações extrapolam o ato violento em si mesmo; afetando inclusive o direito à liberdade de circulação – em princípio um direito do cidadão.

3 A modernidade e a questão urbana

A cidade enquanto elemento conceitual e objeto de pesquisa e preocupação é um dos elementos centrais da (assim denominada) Escola de Chicago, linha de trabalho que surge nos Estados Unidos, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundada por *Albion W. Small* em 1910 (TEMER; NERY, 2009).

Em termos práticos, a preocupação com os fenômenos sociais emergentes, em grande parte decorrente de processos de urbanização, acelerou e estimulou a construção de um arcabouço teórico-conceitual, que buscava compreender a relação entre suas dinâmicas e os processos de comunicação que também se industrializavam. Na visão de Park (1987), a cidade tem aspectos técnicos e dimensões morais que influenciam os seus habitantes e somente pode ser compreendida a partir de considerações sobre o espaço físico, relações sociais e estilo de vida de seus moradores



(PARK, 1987, p. 30-31). A cidade, portanto, não é apenas uma unidade geográfica, ecológica e econômica, cuja base é a divisão do trabalho, mas sim um laboratório social, onde as tensões entre a autonomia (dos indivíduos e grupos sociais) entram em conflito com "forças sociais da herança histórica, da cultura e da técnica da vida que lhe são exteriores" (SIMMEL, 1979, p.75-76). Sobretudo, a metrópole impõe um estilo de vida cuja marca é uma relação íntima com o dinheiro (SIMMEL, 1979, p. 79), o que por sua vez acarreta em uma percepção angustiante das igualdades e das desigualdades.

Em uma percepção quase contraditória, a cidade em seu gigantismo é também um espaço para a liberdade individual e até mesmo para o anonimato (o que explica a necessidade de dispositivos de identificação – carteira de identidade, de motorista etc), para as relações humanas impessoais e racionais, definidas em termos de interesse (PARK, 1987, p.49). Neste contexto a necessidade de mobilidade é um traço marcante do modo de vida urbana, uma vez que o posicionamento das moradias impacta no *status* flutuante do sujeito (WIRTH, 1979)³. O contexto das diferenças gritantes na distribuição de renda no Brasil, local de moradia e acesso modais de transportes formam um entrelaçamento de condições e contradições. Perturbar esse delicado equilíbrio por meio de ações marginais e violentas, portanto, resulta em situações que afetam diferentes aspectos da vida urbana.

O jornalismo tem vínculos intrincados com a cidade, uma vez que é parte de um sistema de produção burguês, urbano e industrial, pois a imprensa trabalha a partir de uma contínua valorização da modernidade, cidadania (conceito intimamente ligado à ideia da *polis*) e da vida urbana. Nesta relação, a cidade é o *locus* privilegiado do jornalismo que serve a cidade e é servido por ela – pois a cidade e o Estado são os elementos

³ Wirth (1979) inclui na concentração de cidade o sentido weberiano do capitalismo como instrumento de desenvolvimento e a visão marxista de mercado como extrato de reserva de mão-de-obra de burguesia.



principais que pautam os jornais/telejornais. Conseqüentemente o jornalismo e, por extensão, o telejornalismo atua a partir de uma constante reafirmação da modernidade urbana, mas também a partir da presunção de que ele é essencial para a cidade em função dos vínculos dos processos informativos com a produção capitalista industrial, que em si mesmo constituem um processo no qual a circulação acelerada de informações é um reforço constante na formação do laço social.

Isso somente é possível porque a informação jornalística tem um caráter diferenciado. Sua marca é a verdade – ou a verdade jornalística – o que por sua vez significa a apresentação dos fatos. O fato é que dá origem a uma notícia – que por vez é um fato de caráter público – portanto uma verdade concreta de interesse público e de interesse do público. A notícia surge, portanto do acontecimento factual, *casus facti*, uma comprovação objetiva e realista dos fatos (SODRÉ, 2002, p. 41), de uma verdade concreta, algo que acontece/aconteceu independente da nossa própria validação; algo que não deixa de existir apesar de um desejo individual ou coletivo de negar sua existência.⁴

No entanto, se está fundamentalmente apegada aos fatos, o jornalismo tende a trabalhar com diferentes enquadramentos.

Enquanto abordagem é conceitual, a Teoria do Enquadramento, ou teoria do *framing*, surgiu no âmbito dos estudos sobre psicologia, tendo depois ganhado matizes sociológicos no trabalho de Goffman (SÁDABA, 2001). Nos estudos sobre comunicação o termo aparece concretamente a partir do Interacionismo Simbólico/Escola de Chicago (embora também ligado à fenomenologia e à etnometodologia), que sugere que os indivíduos são atores sociais que agem/reagem conforme as coisas significam para ele, e que este significado surge como conseqüência de interações, mas somente ganha força como aparato teórico conceitual a partir da década de

⁴ O texto tem como base uma proposição de Berger e Luckmann "[...] realidade é aquilo que não podemos desejar que não exista." (2014, p. 11 - tradução das autoras)



1970, período em que havia a presença acentuada de modelos de estudo como o agenda-setting e o *newsmaking*. Aplicado diretamente ao fenômeno jornalístico, o enquadramento apronta a diversidade de abordagens e modelos que são estabelecidas pelos veículos de imprensa, reforçando a necessidade de métodos interpretativos destes fenômenos. (FRANCISCATO; GOES, 2012).

A percepção é aprimorada por Tuchman (1983, p. 207), que vê no enquadramento uma forma de organização da realidade cotidiana, destacando que os enquadramentos "[...] impõem ordem sobre a matéria-prima das notícias e dessa maneira reduzem a variabilidade da abundância dos eventos" (TUCHMAN, 1983, p. 71). Para Zanetti (2008), o enquadramento é uma ferramenta necessária para reduzir a complexidade das informações, tornando-os mais acessíveis ao público. Enquadramentos, portanto, são marcos interpretativos socialmenteconstruídos, que atuam como facilitadores para dar sentido aos eventos e às situações. A base da teoria do enquadramento (*freming*), portanto, está na percepção de que os jornalistas interpretam a realidade para apresentarem-na para sua audiência.

A questão do enquadramento se completa ou se cristaliza a partir dos gêneros jornalísticos, que igualmente se constituem em uma estratégia para organização dos conteúdos do material jornalístico. A noção de gênero está presente desde a classificação dos conteúdos teatrais em drama e comedia na Grécia Clássica. Os gêneros se constituem a partir da definição de conteúdo, de condições específicas na produção dos textos, de estratégias de linguagem ou de comunicabilidade e até mesmo em função de uma estética própria. Neste sentido, o emissor utiliza os gêneros a partir de certa intencionalidade, mas também em função de uma possibilidade de decodificação do receptor. Por meio dos gêneros, emissor e receptor fidelizam um acordo não formalizado em que ambas as partes entendem e aceitam a delimitação dos conteúdos.



Os gêneros estão na confluência de vários saberes da produção midiática na sociedade e sua análise fornece instrumentos para investigar melhor a comunicação por meio de uma leitura crítica dos meios. Ou seja, em uma perspectiva metodológica, a análise dos gêneros não se opõe às percepções sobre o enquadramento, sendo, em princípio, complementar no entendimento dos processos comunicativos.

4 A queima de ônibus como forma de protesto

A estratégia de *incendiar ônibus* para obter visibilidade mediática ganhou força em 2006, em São Paulo, quando 41 ônibus foram queimados durante a maior onda de ataques do crime organizado até então registrado no País com a facção criminosa *Comando da Capital* (PCC) tentando desestabilizar a ordem pública e afetar a economia.

Essa questão ganhou novo fôlego em 2013, quando o Brasil viveu uma série de manifestações públicas contra o aumento de 20 centavos nas tarifas de ônibus. A reivindicação foi liderada por grupos organizados, entre eles o *Movimento Passe Livre* (MPL), fundado em uma plenária no Fórum Social Mundial em 2005, em Porto Alegre, e que defende que o aumento de tarifas de transporte público é injusto e reforça a exclusão social.

O movimento envolvia vários aspectos, mas a cobertura dos telejornais da Rede Globo destacou principalmente as ações de vandalismo, as pixações, o bloqueio de vias importantes das cidades, depredações de bancas de jornal, e é claro, os ataques aos ônibus. Essa relação discursiva se repetiu também em episódio como o da desestabilização da segurança pública – a greve da polícia – no Espírito Santo, nas informações sobre os problemas de segurança no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, na qual presidiários foram mortos e até decapitados⁵. Neste segundo caso,

⁵ Antes dele, os olhos da sociedade e da imprensa estavam voltados para problemas de insegurança em Manaus, quando a rebelião no presídio Anísio Jobim, considerado de segurança máxima viveu cenas de horror com matança de dezenas de presidiários a



aliás, apesar de a rebelião ter ocorrido dentro do presídio, a cobertura destacou principalmente que a cidade de Natal viveu dias de tensão com carros do governo e delegacias sendo alvo de tiros e dezenas de ônibus e micro-ônibus sendo incendiados.

A questão da segurança nos transportes público se desenrolou em novas versões quando, em uma cobertura que pretendia apontar soluções ou ações preventivas do poder público, o telejornal Bom Dia Brasil, da Rede Globo, de 7 de fevereiro 2017, apontou que linhas específicas de ônibus em Belo Horizonte, Minas Gerais, já circulavam com a presença de um policial no interior do ônibus.

Em uma relação automatizada pelas rotinas produtivas, o telejornalismo rapidamente se apropriou das coberturas sobre os bloqueios das vias públicas e a depredação dos ônibus, como forma de criticar o Governo, inserindo nesta ação um caráter ideológico. A partir destes exemplos, o próprio telejornalismo passou a qualificar o vandalismo dos ônibus urbanos como uma forma de *protesto*, em uma situação que desconsidera ou minimiza a insatisfação dos usuários com este serviço e os impactos destas ações na dinâmica da circulação pública da cidade e no ataque ao direito de ir e vir de cada cidadão.

No entanto, passado os momentos em que o foco das tensões explodiu em condições específicas, o incêndio de ônibus urbanos continua a acontecer, ainda que de forma eventual e espalhado por diferentes cidades. A cobertura dessas ações também continua, mas a análise deste material mostra que ela sofreu alterações significativas.

5 Sobre a luz do fogo: a cobertura dos incêndios a ônibus em 2018

partir de uma disputa de quadrilhas pelo controle para entrada de drogas na região. A indignação maior foi descobrir que a ordem da rebelião havia sido dada a mais de dois quilômetros de distância, no presídio federal de Segurança Máxima de Campo Grande (MS).



Do conjunto do material analisado – oito matérias jornalísticas – três foram do Bom Dia Brasil, duas do Jornal Hoje, duas do Jornal da Globo e uma do Jornal Nacional. Apenas duas matérias foram veiculadas no mesmo dia em diferentes telejornais, mas há uma aproximação das datas, indicando que ocorreram surtos mais significativos deste tipo de violência.

Ainda sobre a distribuição do material é previsível uma maior concentração de matérias no Bom Dia Brasil, já que a maior parte dos incêndios ocorre à noite, e são noticiados nos primeiros telejornais do dia. No entanto a baixa repercussão em outros telejornais, e particularmente no Jornal Nacional, telejornal com maior *status* na Rede, também é um indicativo da importância atribuída ao tema, quase sempre relegado aos telejornais locais e ao site G1. Outro indicativo deste *status* está na predominância do formato nota coberta, em um claro indicativo que se trata de um material aproveitado/reciclado dos telejornais locais (TEMER, 2002)⁶. Uma única matéria foi classificada como *stand-up*, e duas foram reportagens, sendo que em apenas uma é dado voz aos usuários do serviço de transporte público, e uma vez foi ouvida a polícia, no caso representando a autoridade pública/Estado. Destaca-se também que as matérias veiculadas no Jornal da Globo, uma nota coberta e uma reportagem, têm um enquadramento diferenciado, pois correspondem a uma espécie de balanço geral da situação, apresentando a somatória dos casos, distribuição por regiões e outros dados numéricos.

Uma vez que os textos são predominantemente narrados pelos noticiários e repórteres, há pouco espaço para outros falantes. A população, representada por dois entrevistados, apenas lamenta porque

⁶ Temer (2002) classifica o material jornalístico a partir de uma tipologia que remete a seu vínculo com o ineditismo dos fatos. Nesta classificação, as notícias dizem respeito a fatos novos, de interesse público e interesse do público; repercussão são as matérias que trabalham as consequências de um fato – um incêndio, por exemplo, gera uma série de matérias sobre apuração de responsabilidades; serviço, matérias frias com aspectos didáticos e matérias de interesse humano, matérias de forte apelo emocional sobre aspectos do cotidiano.



depende dos ônibus; enquanto a polícia se defende e diz que é um problema para a inteligência dos órgãos encarregados da segurança. As explicações, justificativas e relações são definidas pelo texto dos jornalistas e o enquadramento adotado valoriza a ação violenta em si mesma, o que é reforçado pelas imagens dos ônibus em chamas ou seus esqueletos enegrecidos e retorcidos. Em duas matérias é utilizado conteúdo colaborativo, o que é citado pelo noticiário, mas esse material é restrito à utilização de imagens. Além de valorizar a violência há uma tendência a vincular os incêndios nos ônibus com outros atos de vandalismo, em geral ataques a bancos, ao comércio e aos prédios públicos, mas a relação com o crime organizado é apontada de diferentes formas: incêndios agendados ou ordenados por chefes que estão em presídios, respostas para revistas também em presídios, e até como retaliação à mortes de indivíduos em confronto com a polícia.

A crítica às ações do Estado na prevenção, controle e punição para os atos de vandalismo dos ônibus está sempre presente, seja pela entonação adotada – de cinismo ou cansaço quando citam as respostas do Estado – seja por trechos mais objetivos, com o tom de desabafos ensaiados de que a situação não pode continuar. A origem do material – local onde foram produzidas as imagens – é bastante ampla, mas o Estado de Minas Gerais, onde ocorreu um maior número de incêndios, predomina. No entanto, há um evidente esforço de entrelaçar os casos, acrescentando que ordens vindas de um dos estados da federação (ou de um presídio lá situado) repercutem em outro. A presença do Estado também é destacada pelas tentativas ineficientes ou tardias de diminuir as ações de vandalismo, como o acompanhamento da frota de ônibus para as garagens depois dos incêndios ou a presença de policiais à paisana nos ônibus. Em todos os casos o enfoque é a preservação do patrimônio – no caso, os próprios ônibus. Em apenas uma matéria são abordadas questões relativas ao



interesse ou prejuízo causado à população, no caso, com entrevistas rápidas com os usuários.

Em termos gerais, o enquadramento valoriza a violência da ação – como algo desmedido ou inaceitável na sociedade moderna – elemento que sobressai em todos os conteúdos como item central das matérias.

6 Violência imediata e violência estrutural: um modelo de cobertura jornalística

O conjunto das coberturas analisado tem como ponto em comum o enfoque no clima de insegurança e no caos urbano. A estética do grotesco, de um espetáculo de horror dos ônibus queimando, reforça o sentimento – eventualmente verbalizado – de que a cidade não é mais um espaço seguro. É o espetáculo da violência imediata se sobrepondo à violência estrutural que caracteriza a sociedade brasileira.

O padrão de enquadramentos do material repete uma constância: o destaque ao grotesco, especificado em situações nas quais representantes do Estado, policiais fardados, juízes, promotores e especialistas de diferentes níveis, são contrapostos ao vandalismo e ao caos, em uma situação que não verbaliza, mas expõe, a anti-modernidade de uma sociedade que foi devorada pela incompetência, e a corrupção daqueles que deveriam manter a ordem. Destaca-se também que a cobertura jornalística é pontuada por números, o que reforça seu impacto e acrescenta um sentimento de veracidade pelos dados.

Como pano de fundo para estas ações, a cidade se apresenta como gigantesca e descontrolada, o espaço do medo, o oposto da modernidade, portanto, sinônimo do grotesco. Seja no conjunto ou de forma isolada nas matérias, o sentimento que é passado nas coberturas é de vulnerabilidade, de uma expectativa não verbalizada, mas sempre presente, de que os usuários estão sujeitos a novas ações de vandalismo prestes a acontecer.



De forma indireta, está também embutida na cobertura um questionamento sobre o Estado e a sua (in)capacidade de gerenciar as cidades. Por extensão questiona-se também a Cidadania e a Democracia e, de forma mais ampla, a impossibilidade da convivência entre classes e grupos sociais nos espaços urbanos contemporâneos.

O enquadramento tem uma ordem estética: a barbárie, a violência, o caos; mas também estratégica. Essa última se revela na vinculação do vandalismo com os ônibus ao local, à cidade onde ocorreu o incêndio. O tema somente chega à veiculação nacional quando afeta mais de um estado ou quando o número de veículos atingidos (e não de pessoas) justifica uma análise.

É digno de nota, que embora a cobertura das violações da ordem não inclua referências diretas à corrupção, outras coberturas que dividem o telejornal o fazem. A proximidade das duas coberturas nas mesmas datas em os mesmos telejornais, faz com que essa relação seja inevitável. De uma forma geral, a cobertura jornalística sobre a segurança no transporte público revela o problema não apenas como uma falha no processo de coesão da segurança pública, mas uma falência moral e, portanto, da razão, do Estado. Para os pesquisadores da comunicação e do jornalismo, essa relação expõe a armadilha implícita nesta situação, amarrado aos elementos que definem a sua natureza, aos compromissos éticos e à narrativa do cotidiano, que, por sua vez, está cada vez mais atada ao grotesco e ao caótico. Assim, o telejornalismo tem dificuldades em elaborar abordagens da modernidade que se distanciem da violência e da quebra da ordem. Nesta armadilha, o caos que chama a audiência é o mesmo que conspira contra a percepção dos direitos individuais e da cidadania, e até mesmo do Estado Democrático. E ao fazer isso conspira também contra o próprio jornalismo.



Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética:** a teoria do romance. São Paulo: Hucitec / Unesp, 1993.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.

BORELLI, Silvia; PRIOLLI, Gabriel (org). **A deusa ferida:** por que a Rede Globo não é mais campeã absoluta de audiência. SP: Summus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs). **Rede Globo:** 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

BUCCI, Eugênio (org). **A TV aos 50** - Criticando a Televisão Brasileira no seu Cinquentenário. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FRANCISCATO, Carlos; GÓES, José Cristian. Contribuições da teoria do enquadramento para compreender o sensacionalismo no jornalismo. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 22, p. 291-310, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271104084_. Acesso em: 06 out. 2018.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira:** uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOS, Sérgio. O resgate da memória e a construção da história da televisão no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (org). **Comunicação, acontecimento e memória.** São Paulo: Intercom, 2005.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Octávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 26-67.

SÁDABA, Maria Teresa Garraza. Origen, aplicación y límites de la teoría del encuadre (framing) en comunicación. **Comunicación y sociedade, Centro de Ciencias Humanas y Sociales. Madrid/Espanha.** v. XIV, n. 2, p. 143-17, 2001.



SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otavio (org). **O fenômeno urbano**. RJ: Zahar, 1979.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**: introdução à cultura de massa no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica no espelho**: por uma teoria da comunicação linear e em rede. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2009

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **Flertando com o caos**: comunicação, telejornalismo e Estado. Goiânia: FIC / UFG, 2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **Notícias & serviços nos telejornais da Rede Globo**. Rio de Janeiro: Sotese, 2002.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life. *In*: MARWICK, E. W. ; REISS JR., A. J. **Community life and social policy**. Chicago: University of Chicago Press, 1956. p. 110 -132.

WIRTH, L.O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, Otávio (Org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979.

ZANETTI, D. O framing e o processo de construção da notícia. **Revista PJ: BR - Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, ano V, n. 10, jul. 2008. Disponível em: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_a.htm. Acesso em: 27 fev. 2012.